

ANEXO II - DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022
RETIFICADO**CONHECIMENTO GERAIS PARA TODOS OS CARGOS**

Língua Portuguesa: Leitura e análise de textos de diferentes gêneros textuais. Linguagem verbal e não-verbal. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto. Significados contextuais das expressões linguísticas. Organização do texto: Fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade). Progressão temática. Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal. Tipos de argumento. Funcionalidade e características dos gêneros textuais oficiais: ofício, memorando, e-mail, carta comercial, aviso, e-mail etc. Uso dos pronomes. Pontuação. Características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico etc.). Organização da frase: Processos de coordenação e de subordinação. Verbos que constituem predicado e verbos que não constituem predicado. Tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos. Constituição e funcionalidade do Sujeito. Classes de palavras. Formação das palavras. Composição, derivação. Ortografia oficial. Fonemas. Acentuação gráfica. Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica. Variação entre modalidades da língua (fala e escrita). Norma e uso. Manual de redação oficial do Estado de Goiás. Crase. Pontuação.

Relação da disciplina com os cargos do edital: faz-se necessário o domínio da língua portuguesa no desempenho das funções, principalmente para analisar e interpretar documentos, elaborar pareceres, relatórios, laudos, bem como quaisquer documentos oficiais pertinentes a cada função.

Realidade étnica, social, histórica, Geográfica, Cultural, política e econômica do Estado de Goiás e do Brasil: Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIX e XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia e Brasília, industrialização, infraestrutura e planejamento. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo. Aspectos da história política de Goiás: os bandeirantes e a colonização, o coronelismo e oligarquia na República Velha, a Revolução de 1930, aspectos políticos e administrativos de 1930 até os dias atuais. Aspectos da História Sociocultural de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular goiana. Atualidades econômicas, políticas, sociais e culturais do Brasil, especialmente do Estado de Goiás.

Relação da disciplina com os cargos do edital: trata-se de conteúdo obrigatório, conforme a Lei Estadual nº 14.911/2004, além de ser necessário que haja conhecimento dos servidores quanto a realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Estado de Goiás e do Brasil, onde exercerão suas funções.

Direito Administrativo e Constitucional: Direito Constitucional; Direitos e garantias fundamentais, Direitos e deveres individuais e coletivos, direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Direitos sociais. Direitos políticos. Organização do Estado: União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Poder constituinte. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos da Administração Pública. **Constituição Federal (Finanças Públicas, Título VI, Capítulo II). Constituição do Estado de Goiás (Do Poder Executivo, Capítulo III).** Direito Administrativo: Princípios de Direito Administrativo. Regime Jurídico Administrativo. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei Federal nº 4.657/1942). Da Administração Pública: direta e indireta. Atos Administrativos: elementos e atributos. Classificações e espécies dos atos administrativos. Anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos. Competência. Contratos administrativos: formalização e espécies. Licitação. Lei Federal nº 8.666/93. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Recursos administrativos: critérios e prazos. Processos administrativos. Improbidade Administrativa Agentes públicos: agentes políticos e servidores públicos. Controle da Administração Pública. Organizações sociais. Lei Estadual nº 13.800/2001. Responsabilidade Civil da Administração. Reparação de dano.

Relação da disciplina com os cargos do edital: Direito Administrativo e Constitucional são conteúdos indispensáveis a todo ocupante de cargo público, visto que é necessário conhecimento das normas constitucionais e administrativas que regulamentam o poder estatal e as atividades administrativas do Estado, de forma que exerçam suas funções em conformidade com os valores éticos e morais preestabelecidos, de forma eficiente e legal.

Raciocínio Lógico e Matemático: Sentenças abertas e fechadas. Proposições Simples. Proposições Compostas e os Operadores (Conectivos) Lógicos. Tabela-Verdade. Tautologia, Contradição e Contingência. Lógica de Primeira Ordem. Quantificadores. Leis de Morgan (Negação de uma proposição composta) Negação dos Quantificadores. Equivalências lógicas. Lógica de Argumentação, Argumentação por Diagramas (Diagramas Lógicos), Argumentação por operadores. Funções e equações de 1º e 2º graus. Teoria dos Conjuntos. Noções de estatística. Amostragem. Média. Moda. Mediana. Variância e desvio padrão. Noções de Probabilidade. Análise Combinatória. Noções de matemática financeira. Juros simples e compostos. Sistemas de amortização. Juros reais e nominais. Taxa de juros efetiva. Taxa de juros proporcional.

Relação da disciplina com os cargos do edital:

O conhecimento de Raciocínio Lógico e Matemático é necessário pois influencia diretamente no desempenho profissional, visto que a capacidade de raciocínio lógico contribui para a organização e a elucidação de situações cotidianas e de crises que necessitam de soluções criativas e imediatas. A utilização do raciocínio lógico permite, no exercício das funções, que os servidores tenham visão crítica, boa argumentação, capacidade de criação e de interpretação e posicionamento seguro para o correto enfrentamento de situações e problemas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CARGO: 401 - ANALISTA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL – AGRIMENSURA**

Conhecimentos Específicos: Normas aplicáveis a Engenharia de Agrimensura; Conceitos de Geodésia e suas aplicações; Topografia em geral e suas aplicações: Levantamentos Altimétricos: Superfícies de Referência, Nivelamento Geométrico, Nivelamento Trigonométrico, Erros nos Nivelamentos, Técnicas de Nivelamento, Declividade Instrumentos; Levantamentos Planialtimétricos: Posicionamento a partir de dois ângulos e uma distância, Posicionamento a partir de três ângulos, Determinação a partir de três pontos conhecidos; Desenho Topográfico: Escala Mapa, Carta e Planta, Traçado de Alinhamentos, Curvas de Nível, Perfis Topográficos, Elementos de um documento cartográfico, Formato das folhas Texto Convenções topográficas Legenda, Memorial Descritivo, Desenho Assistido por Computador – CAD, Organização do CAD para desenhar – Plotagem; Erros na Topografia: Erro Verdadeiro e Erro Residual Resolução, Precisão e Exatidão, Desvio Padrão como Indicador de Precisão, Equipamentos de Medição e suas Precisasões, Precisão na Medição de Distância, Precisão na Medição de Ângulos, Precisão na Medição com Níveis, Precisão na Medição com Estação Total, Instrumental Auxiliar, Conceitos da NBR 13.133 de 24/08/2021. Resolução nº 313, de 26/09/86 - Dispõe sobre o exercício profissional dos Tecnólogos das áreas submetidas à regulamentação e fiscalização instituídas pela Lei Federal nº 5.194, de 24/12/66, e dá outras providências. Resolução Nº 1.010, de 22/08/05. Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

Relação dos conteúdos com as atribuições do cargo:

O conhecimento específico nas normas da Engenharia de Agrimensura, é importante pois exercício do cargo de Analista de Gestão Governamental, área de atuação Engenharia de Agrimensura e/ou Tecnologia em Agrimensura, consiste em executar os processos que envolve serviços topográficos (do Estado ou em demanda com o Estado), de acordo com as referidas normas, e a elaboração de Pareceres Técnicos em demandas Jurídicas envolvendo imóveis Urbanos ou Rurais; defesa do Patrimônio Público Estadual; desapropriações e servidões e perícias judiciais.

CARGO: 402 - ANALISTA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL – ARQUITETURA

Conhecimentos Específicos: Projeto de arquitetura: Métodos e técnicas de projeto; coordenação modular e coordenação dimensional; programação de necessidades físicas das atividades; estudos de viabilidade técnico econômica; Ergonomia nas edificações: dimensionamento; iluminação, ventilação, orientação e proteção solar, ar-condicionado. Processos e sistemas inovadores de construção. Administração de projetos e obras (métodos e técnicas); Avaliação de projetos de construções (arquitetônica, técnica e econômica). Especificação de serviço e materiais. Acessibilidade a Edificações, Espaço e Equipamentos Urbanos; Custo da edificação; Conforto ambiental das edificações: condições acústicas, térmicas e luminosas; Desempenho de edificações; Desenho assistido por computador em Autocad e Revit; Desenho urbano; Estudo de mobiliário; Ética e atribuição profissional do arquiteto urbanista; Licitações e contratos públicos; Execução e fiscalização de obras públicas; Gerenciamento e qualidade da construção; Instalações elétricas prediais; Instalações hidráulicas e sanitárias; Normas brasileiras de instalações elétrica, hidráulicas e obras civis; Materiais e técnicas construtivas; Prevenção contra incêndio; Sistemas estruturais; Topografia; Elaboração de projetos paisagísticos; Planejamento e Desenvolvimento Urbano Ambiental; Métodos de composição de custos e orçamentos de obras; Cálculos estatísticos básicos; Proteção do Patrimônio Cultural e Meio Ambiente; Informática aplicada à arquitetura; Legislação urbanística e do exercício profissional do arquiteto.

Relação dos conteúdos com as atribuições do cargo:

Relação dos conteúdos com as atribuições do cargo: no desempenho das funções são necessários os conhecimentos em projetos de arquitetura, ergonomia, especificações de materiais, normas, dentre outros conhecimentos, visto que o servidor irá realizar estudos a fim de fazer indicações e orientações quanto ao desenvolvimento de projetos técnicos e orçamentários que cabem a área.

CARGO: 403 - ANALISTA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL – ENGENHARIA I

Conhecimentos Específicos: Licitações e contratos da administração pública: Lei Federal n. 8666 de 23/06/1993 e suas alterações. Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021 e suas alterações. Conceito de Contratos Administrativos. Classificação e espécies de contratos administrativos. Características dos contratos administrativos. Cláusulas necessárias nos contratos administrativos. Duração dos contratos administrativos. Da formalização dos contratos. Execução dos contratos. Recebimento do objeto (definitivo e provisório). Controle pelo Tribunal de Contas. Recursos Administrativos, Representação e Reconsideração. Tópicos mesclados sobre Contratos. Licitações e contratos no âmbito do Estado de Goiás: Lei nº 17.928 de 27/12/2012 e suas alterações. Normas e Leis: Interpretação de normas (materiais, projetos, execução de obras, dimensionamento de estruturas, recomendações técnicas e administrativas etc.) e leis aplicadas (procedimentos de licitação) a Engenharia Civil. Mecânica de Solos: Origem e Natureza dos Solos. Características e Propriedades dos Solos. Classificação dos Solos. Estudos geotécnicos (Adensamento,

Compactação, Tensões e Deformações). Ensaios de Solo, Ensaios de Estruturas (Engenharia Civil). Estruturas de Concreto Armado. Dimensionamento de Estruturas de Concreto Armado. Características Mecânicas e Reológicas do Concreto. Controle Tecnológico de Concreto. Aço para concreto armado. Execução de Estruturas de Concreto. Estruturas de Concreto Pré-moldado. Estruturas Metálicas. Estrutura de madeira. Edificações: Projetos de Edificações. Especificação de materiais para Edificações. Movimentos de Terra (Terraplanagem). Instalação Elétrica. Eletrotécnica. Instalação hidro sanitárias. Instalações Prediais – Esgoto. Instalações Prediais - Drenagem Pluvial. Instalações Prediais - Água Fria. Instalação Telefônicas / Rede Lógica. Instalação de Gás. Instalação de Prevenção e Combate à Incêndio. NBR 9077 - Saídas de Emergência em Edifícios. Chuveiros Automáticos/Sprinklers (NBRs 10897, 14987, 16400). NBR 17240 - Sistemas de Detecção e Alarme de Incêndio. Extintores de Incêndio (NBRs 12693 e 12962). Hidrantes, Mangotinhos e Mangueiras (NBRs 13714, 12779 e 11861). SPDA – Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas. Impermeabilização. Alvenaria. Cobertura. Revestimentos. Pisos e Pavimentação. Pinturas. Vidros. Conforto Ambiental (Térmico, Acústico e Visual). Esquadrias. Projetos Especiais: Ar-condicionado, Exaustão/Ventilação, Elevadores e Para-raios. Ar-condicionado, Sistemas de Exaustão e Ventilação. Elevadores. Para-Raios (SPDA). Patologia e Recuperação de Edificações. Práticas Executivas de Obras e Serviços (Edificações). Controle Tecnológico em Edificações. Execução de Obras: Planejamento, projeto e execução de obras (edificações, hidro sanitárias, elétricas etc.), implantação do canteiro, cronograma, orçamento, gestão de pessoal, segurança na construção civil (Normas Regulamentadoras (NR) da Segurança e da Medicina do Trabalho), processos construtivos (fundações superficiais e profundas, alvenarias, estruturais, sistemas hidráulicos e elétricos, esquadrias, impermeabilização, coberturas e acabamentos); traços e dosagens. Manutenção e Inspeção Predial (NBR 5.674 e outros). Responsabilidade sobre a Edificação. Gerenciamento de Obras: Objetivos principais: gerenciamento de projetos, de suprimentos de recursos financeiros e da construção; Planejamento, organização do empreendimento; Papel do gerente do empreendimento; Benefícios e custos do gerenciamento; Controle de qualidade, Orçamento na Construção Civil: estimativas de custos; composições analíticas unitárias; taxa de benefícios e despesas indiretas (BDI); encargos sociais trabalhistas; Índice Nacional de Custos da Construção (INCC). Hidráulica. Projetos (Obras Hídricas). Mecânica dos Fluidos. Principais estruturas hidráulicas (barragens, soleiras, órgãos extravasores etc.) Obras de Saneamento. Sistema de Abastecimento de água (NBR 12213, NBR 12217 e NBR 12218). Sistema de Coleta de Esgoto (NBR 9648 e 9649). Drenagem Pluvial. Engenharia Legal. Avaliações, Perícias e Laudos Técnicos na Engenharia Civil. Engenharia de Avaliações. NBR 14.653 (partes 1 e 2) - Avaliações de Imóveis. NBR 13.752 - Perícias de Engenharia na Construção Civil.

Relação dos conteúdos com as atribuições do cargo: no desempenho das atividades é necessário que o servidor tenha conhecimentos sobre processos de licitação, visto que precisará gerir contratos em geral que sejam pertinentes as atividades do cargo e conhecimentos técnicos da área de Engenharia Civil, desempenhar as funções de gerir manutenções preditivas, preventivas e corretivas e assim gerar avaliações, laudos e pareceres técnicos sobre os serviços de sua responsabilidade. Também se faz necessário conhecimentos das normas regulamentadoras de Segurança no Trabalho, NBRs e legislações em geral para que as atividades sejam desempenhadas com segurança e dentro das normas vigentes.

CARGO: 404 - ANALISTA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - ENGENHARIA II / ARQUITETURA

Conhecimentos Específicos: Normas aplicáveis a Engenharia de Avaliações; Engenharia Legal (Perícias Judiciais e Extra Judiciais); Avaliações de Imóveis Urbanos; Inferência Estatística Aplicada às Avaliações de Imóveis Urbanos; Planta de Valores Genéricos: Aplicação das avaliações em massa; Avaliações Econômicas e Análises de Investimentos; Perícias Imobiliárias; Técnicas de Redação e Elaboração de Laudos; Avaliações de Glebas Urbanizáveis, desapropriações e servidões; Norma NBR 14653-1 e 2; Norma NBR 12721. Orçamento na Construção Civil: estimativas de custos; composições analíticas unitárias; taxa de benefícios e despesas indiretas (BDI); Índice Nacional de Custos da Construção (INCC). Análise de planilhas orçamentárias.

Relação dos conteúdos com as atribuições do cargo: para o bom desempenho das atividades se faz necessário o conhecimento técnico na área de Engenharia Civil para que sejam possíveis avaliações de imóveis urbanos e rurais quanto as condições físicas e quanto a avaliação econômica a fim de serem emitidos laudos e pareceres para defesa do Patrimônio Público bem como para a participação do servidor em perícias judiciais. Também se faz necessário conhecimentos das NBRs para que as atividades sejam desempenhadas dentro das normas vigentes.

CARGO: 405 - ANALISTA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - ENGENHARIA III

Conhecimentos Específicos: Avaliação de imóveis Rurais (do Estado ou em demanda com o Estado), de acordo com a norma NBR 14.653; Vistorias de imóveis e das áreas Rurais e Expansão urbana; Elaboração de Pareceres Técnicos em demandas Jurídicas envolvendo imóveis Rurais; Emissão de laudos de avaliação; Análise de planilhas orçamentárias de obras Rurais; Confecção de laudos de avaliação para servidões administrativa e desapropriações estaduais; Desenvolvimento e gestão de métodos e metodologias; Avaliações de glebas urbanizáveis (Involutivo); Perícias imobiliárias; Perícias judiciais de imóveis; Perícias em Parques estaduais.

Relação dos conteúdos com as atribuições do cargo: para o desempenho das atividades se faz necessário o conhecimento técnico na área de Engenharia Agrônômica ou Agrícola, voltado para perícias e avaliações de imóveis rurais e urbanos a fim de defender o Patrimônio Público Estadual.

CARGO: 406 - ANALISTA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Conhecimentos Específicos:

Comportamento Organizacional - Teorias da motivação. Motivação e recompensas intrínsecas e extrínsecas.

Motivação e contrato psicológico. Percepção, atitudes e diferenças individuais. Liderança e poder. Teorias da liderança. Gestão de equipes. Gestão participativa. Desempenho e suporte organizacional. Desenvolvimento Organizacional. Processo de desenvolvimento de grupos. Administração de conflitos. Qualidade de Vida no trabalho. Clima organizacional. Cultura organizacional. Métodos e técnicas de pesquisa organizacional. Modelos de Gestão de Pessoas - Evolução dos modelos de gestão de pessoas. Fatores condicionantes de cada modelo. Gestão Estratégica de Pessoas. Conceito e tipologia de competências. Conceitos de complexidade da atividade e de espaço ocupacional. Gestão de Pessoas por Competências. Competência como elo entre indivíduo e organização. Modelo Integrado de Gestão por Competências e Resultados. Possibilidades e limites da gestão de pessoas no setor público. Processos de Gestão de Pessoas nas Organizações - Identificação e priorização de competências importantes para o negócio. Mapeamento de perfis profissionais por competências. Avaliação 360°. Reunião devolutiva de resultados. Recrutamento e Seleção. Seleção por competências. Critérios de reconhecimento e recompensa. Remuneração por Competências. Gestão do desempenho. Gestão de clima e cultura organizacional. Gestão de Mudanças: Conceito de mudança. Mudança e inovação organizacional. Dimensões da mudança: estratégia, cultura organizacional, estilos de gestão, processos, estrutura e sistemas de informação. Diagnóstico organizacional. Análise dos ambientes interno e externo. Análise das partes interessadas (stakeholders). Gestão de processos de mudança organizacional. Estratégias para obter sustentação ao processo de mudança. O papel da alta administração. Formação de agentes de mudança. Comunicação ativa. Formas de lidar com as configurações de poder. Estatuto do Servidor Público do Estado de Goiás - Lei Estadual n.º 20.756, de 28/01/2020 e posteriores atualizações. Decreto Estadual nº 9.802, de 26/01/2021. (Decreto da Folha de Pagamento), Lei Estadual nº 20.491, de 25/06/2019 e alterações posteriores (Estrutura administrativa), Decreto-Lei nº 5.452 de 01/05/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), Lei Complementar Estadual Nº 161, de 30/12/20 (Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Goiás), Manual de orientação do e Social. **Lei nº 13.467, de 13/07/2017 (Reforma Trabalhista). Administração de Pessoal (Admissão, afastamento, desligamento e aposentadoria). Proventos (Salário, horas extras, DSR, adicional noturno, periculosidade, insalubridade, comissão). Descontos (Faltas e DSR, INSS, IRRF, Vale-transporte e entre outros), Benefícios (Salário-Família e Maternidade). Rescisão de contrato Sem Justa Causa, Com Justa Causa, e Pedido de Demissão. Cálculo de Férias e 13º Salário.**

Imposto de Renda: Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Critérios orientadores. Renda e Proventos. Conceito. Disponibilidade Econômica ou jurídica. Acréscimo patrimonial. Princípios do Imposto de Renda. Tributação das pessoas físicas. Incidência. Rendimento. Rendimento Tributável. Rendimentos isentos ou não tributáveis. Tributação exclusiva. Deduções. Contribuintes. Responsáveis. Domicílio Fiscal. Base de cálculo. Alíquotas. Lançamento. Cálculo do tributo. Período de apuração. Recolhimento Complementar. Tributação Definitiva.

Legislação Previdenciária do Regime Geral: Finalidade e princípios básicos da Previdência Social. Regime Geral de Previdência Social. Segurados obrigatórios. Filiação e inscrição. Conceito, características e abrangência: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial. Segurado facultativo: conceito, características, filiação e inscrição. Trabalhadores excluídos do Regime Geral. Financiamento da Seguridade Social. Salário de contribuição. Conceito. Parcelas integrantes e parcelas não integrantes. Limites mínimos e máximos. Restituição e compensação de contribuições. Lei Federal nº 8.212, de 24/07/91 e alterações posteriores. Lei Federal nº 8.213, de 24/07/91 e alterações posteriores.

Relação dos conteúdos com as atribuições do cargo: o cargo em questão tem como atribuição a gestão e o desenvolvimento de pessoas, bem como a execução de atividades em geral sobre folha de pagamento e procedimentos de RH, para tanto, se fazem necessários conhecimentos acerca da evolução da área de recursos humanos, bem como de toda a parte que envolve a área de gestão de pessoas (comunicação, seleção, desenvolvimento, recrutamento e seleção etc.), e legislações, programas e normas pertinentes a área).

CARGO: 407 - ANALISTA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conhecimentos Específicos: Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, tipos e modalidades, pregão eletrônico e presencial, documentos para habilitação, fases, revogação e invalidação, controle. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Ambos: Efeitos da legislação nova sobre a legislação anterior. Comunicação interpessoal. Gestão de equipes. Liderança. Hierarquia. Planejamento e seus ciclos. Avaliação de projetos. Gerenciamento de recursos físico-financeiros. Garantias financeiras exigíveis para licitação/contratos. Orçamento. Planilhas de custos. Enriquecimento ilícito. Uso e abuso de poder. Redação Oficial. Constituição do Estado de Goiás, de 05/10/89. Lei Estadual nº 20.491, de 25/06/19 e suas alterações (Estabelece a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências). Lei Estadual nº 13.800, de 18/01/01 (Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás). Lei Estadual nº 17.928, de 27/12/12 e suas alterações (Dispõe sobre normas suplementares de licitações e contratos pertinentes a obras, compras e serviços, bem como convênios, outros ajustes e demais atos administrativos negociais no âmbito do Estado de Goiás). Lei Estadual 20.986, de 06/04/21 (Controle Interno da Administração Pública de Goiás). Decreto Estadual nº 9.837, de 23/03/2021 (Código de Ética). Decreto Estadual nº 9.406, de 18/02/2019 (Institui o Programa de *Compliance* Público no Poder Executivo). Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública) e Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Decreto Federal nº 10.922, de 30/12/2021 (atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133). Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64 (Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos). Lei Federal Complementar nº 123, de 14/12/06 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/19 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns). Decreto Estadual nº 7.437, de 06/09/11 (Dispõe sobre o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93). Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02 (Lei do pregão). Lei Estadual nº 20.489, de 10/06/19 (Dispõe sobre o Programa de Integridade a ser aplicado nas Empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado de Goiás). Decreto Estadual Nº 9.666, de 21/05/20 (Dispõe o regulamento da modalidade de licitação denominada pregão, nas formas eletrônica e presencial). Decreto Estadual nº 9.900, de 07/07/21 (Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional). Decreto Estadual Nº 8.189, de 11/06/14. (Dispõe sobre a repactuação de preços em contratos administrativos de prestação de serviços executados de forma contínua). Decreto Estadual nº 7.425, de 18/08/11 (Institui o Sistema de Gestão de Suprimentos e Logística no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, regulamenta o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado –CADFOR).

Relação dos conteúdos com as atribuições do cargo: O cargo tem como atribuições administrar processos de licitações e contratações, para tanto é indispensável o conhecimento das leis e normas que regem a atividade de licitação e contratação do poder público, conhecendo os processos e modalidades de licitação, bem como ter conhecimento quanto à elaboração e administração de orçamentos e planilhas de custos a fim de gerenciar os recursos públicos com eficiência.

CARGO: 408 - ANALISTA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL – DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Conhecimentos Específicos: 1. Governança e Gestão de TI: Fundamentos do ITIL® (v4) e Fundamentos de COBIT (versão 2019). Plano Diretor de Informática (PDTI). TI Bimodal. Transformação Digital. 2. Gestão de Processos de Negócio: Gerenciamento de processos. Cadeia de valor do negócio. Modelagem de processos com BPMN (**versão 2.0**). Técnicas de análise de processos. Melhoria de processos. Integração de processos. 3. Gestão de Projetos de Software: Conceitos básicos. Processos do PMBOK (**7ª Edição**). Gerenciamento da integração, do escopo, do tempo, de custos, de recursos humanos, de riscos, das comunicações e da qualidade. 4. Engenharia de Software: Conceitos de engenharia de software, metodologias e modelos de desenvolvimento de software. Processo de software: modelos, conceitos, artefatos e atividades. Arquitetura de software, Teste de software, Requisito de software e Qualidade de software. 5. Desenvolvimento de Software: Modelos, Metodologias e Processos de desenvolvimento de software: CMMI-DEV (**Versão 2.0**), MPS.BR, RUP, Scrum, Kanban e Programação Ágil. Ferramentas de desenvolvimento de software (ferramentas CASE) e Modelagem de software usando UML (Unified Modelling Language). Desenvolvimento Orientado a Objetos: Conceitos fundamentais, análise, modelagem e padrões de projeto. Análise de negócios, Levantamento de requisitos, Prototipação e Metodologias de Análise e Projeto de software. 6. Conceitos de Programação: Algoritmos, Estrutura de Dados, Lógica de programação, codificação e teste de programas. Conceitos de linguagem de programação Java com frameworks Spring Boot e Angular. Conceitos de Web Services e padrões SOAP e REST. Ferramentas de controle de versão SVN e GIT. 7. Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD), Banco de Dados e Modelagem de Dados: Conceitos sobre Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD): características, componentes e funcionalidades. Conceitos sobre Bancos de dados: fundamentos, características, componentes e funcionalidades. Projeto de Banco de Dados: conceitual, lógico e físico. Modelagem de dados. Modelo Entidade-Relacionamento. Projeto lógico e físico de Banco de Dados. Normalização do modelo de banco de dados. Linguagem de consulta estruturada (SQL-ANSI): Linguagem de Manipulação de Dados (DML) e Linguagem de Definição de Dados (DDL). Modelagem multidimensional. Bancos de dados multidimensionais. 8. Segurança da informação: Conceitos básicos. Políticas de segurança. Classificação de informações. Análise de vulnerabilidade. Plano de continuidade de negócio. Tratamento de Incidentes. Normas ISO 27001 (**2013**) e ISO 27002 (**2013**). Auditoria e conformidade.

Relação dos conteúdos com as atribuições do cargo: para o desempenho das funções do cargo, são necessários todos os conhecimentos dispostos no conteúdo programático, visto que o servidor deverá gerenciar projetos do início ao fim, analisar e propor metodologias de trabalho, sugerindo melhorias, elaborar relatórios, levantar, analisar e validar requisitos para sistemas de informação, acompanhar o desenvolvimento de projeto até a sua efetivação, bem como prestar suporte e orientação aos usuários, visando sempre a segurança da informação e o desempenho das atividades de maneira efetiva.

CARGO: 410 - ANALISTA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - CONTABILIDADE DO TESOUREO ESTADUAL

Conhecimentos Específicos: Matemática Financeira/Estatística: Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). 2. Probabilidade. Definições básicas e axiomas. Probabilidade condicional e independência. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Distribuição de probabilidades. Função de probabilidade. Função densidade de probabilidade. Esperança e momentos. Distribuições especiais. Distribuições condicionais e independência. Transformação de variáveis. Leis dos grandes números. Teorema central do limite. Amostras aleatórias. Distribuições amostrais. 3. Inferência estatística. Estimativa pontual: métodos de estimação, propriedades dos estimadores, suficiência. Estimativa intervalar: intervalos de confiança, intervalos de credibilidade. Testes de hipóteses: hipóteses simples e compostas, níveis de significância e potência de um teste, teste t de Student, teste qui-quadrado. 4. Análise de regressão linear. Critérios de mínimos quadrados e de máxima verossimilhança. Modelos de regressão linear. Inferência sobre os parâmetros do modelo.

Análise de variância. Análise de resíduos. 5. Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados. Tamanho amostral. 6. Juros Simples. 7. Juros Compostos. 8. Descontos: 8.1. Desconto racional ou desconto “por dentro”. 8.2. Desconto comercial ou desconto “por fora”. 8.3. Desconto bancário. 9. Série de Pagamentos. 9. Taxas Equivalentes. 10. Sistema de Amortização: 10.1 Sistema Francês de amortização (tabela Price). 10.2. Sistema de amortização constante (SAC). 10.3 Sistema de amortização Misto (SAM). 11. Método de Avaliação de Fluxo de Caixa. 11.1. Valor presente líquido. 11.2. Taxa interna de retorno. Contabilidade Geral: 1. Contabilidade. Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil. 2. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura. 4. Atos e fatos administrativos. 5. Livros contábeis obrigatórios e documentação contábil. 6. Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas. 7. Apuração dos resultados. 8. Regimes de apuração. Caixa e competência. 9. Escrituração contábil. Lançamentos contábeis; contas patrimoniais, resultado. 10. Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos. 11. Itens Patrimoniais. Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido. 12. Demonstrações contábeis. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado. 13. Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações. 14. Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei Federal nº 11.638/07 e suas alterações e Lei Federal nº 11.941/09 e suas alterações. 15. Estoques. Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação. 16. Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas. 17. Pronunciamentos - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. 18. Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas atualizações. Contabilidade de Custos: Conceitos gerais e terminologia aplicável à contabilidade de custos. 2. Conceitos e classificação dos custos. 3. Apropriação dos custos à produção. Conceito e critérios de atribuição dos custos. 4. Departamentalização: conceito, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto. 5. Taxa de aplicação dos custos indiretos de produção. 6. Apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos. 7. Utilização de equivalentes de produção. 8. Tipos de produção. Conceito, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos. Produção por ordem, produção contínua, produção conjunta. 9. Tipos de custeio. Conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados. 10. Formas de controle dos custos. 11. Custos estimados. Conceito, tratamento contábil, análise das variações. 12. Custos controláveis. Conceito, tratamento contábil e aplicação. 13. Custo padrão. Conceito, tratamento contábil, aplicação e análises das variações. 14. Margem de contribuição. Conceito, cálculos e aplicação. 15. Análise do custo x volume x lucro. 16. Variações do ponto de equilíbrio. 17. Grau de alavancagem operacional. 18. Margem de segurança. Contabilidade aplicada ao setor Público: Conceituação, objeto e campo de aplicação; 2. Composição do patrimônio público. Patrimônio público. Ativo. Passivo. Saldo patrimonial; 3. Variações patrimoniais qualitativas e quantitativas. Receita e despesa sob o enfoque patrimonial. Realização da variação patrimonial. Resultado patrimonial; 4. Mensuração de ativos. Ativo imobilizado. Ativo intangível. Reavaliação e redução ao valor recuperável. Depreciação, amortização e exaustão; 5. Mensuração de passivos. Provisões. Passivos contingentes; 6. Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições; 7. Plano de contas aplicado ao setor público; 8. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Balanço orçamentário. Balanço financeiro. Demonstração das variações patrimoniais. Balanço patrimonial. Demonstração de fluxos de caixa. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Notas explicativas às demonstrações contábeis. Consolidação das demonstrações contábeis; 9. Transações no setor público; 10. Despesa pública. Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas; 11. Receita pública. Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas; 12. Execução orçamentária e financeira; 13. Conta Única do Tesouro Nacional; 14. Suprimento de fundos; 15. Despesas de Exercícios Anteriores, Restos a Pagar; 16. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP). 17. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). 9ª Edição (válido a partir de 2022); 18. Regime contábil; 19. Lei Federal nº 4.320/1964. Finanças Públicas: Objetivos, metas, abrangência e definição; 2. Funções do Estado; financiamento dos gastos públicos: tributação e equidade; 3. A função do bem-estar; políticas alocativas, distributivas e de estabilização; 4. Instrumentos e recursos da economia pública (política fiscal, regulatória e monetária); 5. Tributação: tipos de tributos; progressividade, regressividade e neutralidade; 6. Conceitos e princípios orçamentários, tipos de orçamento, técnicas de elaboração orçamentária; 7. Ciclo orçamentário; 8. Créditos adicionais: conceitos, tipos, requisitos para abertura, fontes de recursos, incorporação ao orçamento; 9. Conceito de déficit público; financiamento do déficit; sustentabilidade da política fiscal; 10. Crédito público: fonte alternativa de financiamento das despesas públicas; limites do crédito público; 11. Receita orçamentária: classificação, estágios (etapas) da receita, regime de execução orçamentária, recursos orçamentários, deduções da receita orçamentária; 12. Despesa orçamentária: classificação da despesa orçamentária sob seus diversos enfoques, estágios (fases) da despesa orçamentária; 13. Despesas de Exercícios Anteriores; 14. Relatório de Gestão Fiscal; 15. Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO; 16. Noções gerais da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000): a. Princípios, objetivos; limites; b. “Regra de ouro” (Constituição Federal, Art. 167, inciso III); c. Renúncia de receita; d. Geração de despesas; e. Transferências voluntárias: conceito, requisitos; f. Destinação de recursos para o setor privado: requisitos, vedações. 17. Manual de Demonstrativos Fiscais (12ª edição). Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 18. Prestação de Contas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi.

Relação da disciplina com as atribuições do cargo: Além de cumprir com as exigências do cargo de Analista de Gestão Governamental - Contabilidade do Tesouro Estadual, no exercício das suas funções e atribuições contábeis, conhecer as legislações, normas e os pronunciamentos contábeis, bem como, o Manual de Contabilidade Aplicada ao

Setor Público (MCASP) e o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) válidos a partir de 2022 e o Sistema de Prestação de Contas (SICONFI) junto a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) são fundamentais ao pleno exercício e desenvolvimento das atividades laborais.

CARGO: 411 - ANALISTA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - ORÇAMENTO E FINANÇAS DO TESOURO ESTADUAL

Conhecimentos Específicos: 1. Economia: 1.1 - Conceitos básicos de micro e macroeconomia do setor público; 1.2 - Funções do Governo; 1.3 - Papel do Governo na economia: estabilização econômica, promoção do desenvolvimento e redistribuição de renda / Políticas alocativas, distributivas e de estabilização; 1.4 - Bens públicos, semipúblicos e privados; 1.5 - Conceito de Déficit e Dívida Pública / Financiamento do déficit / Economia da dívida pública; 1.6 - Política fiscal e Cambial / Comportamento das contas públicas e financiamento do déficit público no Brasil / Distribuição de renda e desigualdades regionais; 1.7 - Política Monetária / Relação entre taxas de juros, inflação, resultado fiscal e nível de atividade / Oferta e demanda agregada. 2. Finanças Públicas: 2.1 Finanças públicas na Constituição Federal e Estadual; 2.2 Despesa pública: Conceito e classificação / Etapas de execução da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento; 2.3 - Orçamento Público: Princípios orçamentários / Normas gerais de direito financeiro (Lei Federal nº 4.320, de 17/3/1964) e Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000) / Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos; 2.4 - Receita pública: Conceito / Ingressos e receitas / Classificação; 2.5 - Dívida pública: conceito e disciplina constitucional / Classificação / Extinção; 2.6 - Financiamento dos gastos públicos / Tributação e equidade / Incidência tributária; 2.7 - Princípios teóricos da tributação / Tipos de tributos / Progressividade, regressividade e neutralidade; 2.8 - Sistema Tributário Nacional / Competência Tributária / Limitações Constitucionais do Poder de Tributar / Princípios Constitucionais Tributários; 2.9 - Conceito e Classificação dos Tributos; 2.10 - Tributos de Competência da União, dos Estados e dos Municípios; 2.11 - Repartição das Receitas tributárias; 2.12 - Sistema previdenciário / Regime próprio e geral / Previdência Complementar / Sustentabilidade atuarial de longo prazo; 2.13 - Agenda nacional: reforma previdenciária / reforma tributária / reforma fiscal / reforma política / reforma administrativa; 2.14 - Planos e Regimes de Recuperação e Equilíbrio Fiscal: Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016 / Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021 / Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017 / Lei Estadual nº 20.511, de 11 de julho de 2019; 2.15 - Limites mínimos constitucionais para aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Ações e Serviços Públicos de Saúde. 2.16 - Fundos Especiais de Despesa. Fundos financeiros. Fundos rotativos. Lei Complementar estadual nº 64/2008. Sistema de Conta Única do Tesouro Estadual. Lei Complementar estadual nº 121/2015; **2.17** Manual de Demonstrativos Fiscais (12ª edição) aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. **2.18**. Prestação de Contas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi; 3. Planejamento e Orçamento Governamental: 3.1- Ciclo orçamentário / Planejamento e Orçamento na Constituição de 1988 e na Constituição do Estado de Goiás: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; 3.2 - Orçamento público: prazos, conceitos e elementos básicos / Classificação Institucional, funcional, programática e econômica para alocação de recursos / mensuração de desempenho e controle orçamentário; 3.3 - Classificação e conceituação da receita e despesa orçamentária; 3.4 - Créditos adicionais; 3.5 - Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores / Conceituação e execução; 3.6 - Limites para Despesa com Pessoal; 3.7 - Decretos de programação e contingenciamento orçamentário e financeiro e de limitação de empenho e movimentação financeira; 3.8 - Descentralização de Crédito Orçamentário; 3.9 - Estrutura do Plano Plurianual para o quadriênio 2020 / 2023 do Governo do Estado de Goiás (Lei nº 20.755, de 28 de janeiro de 2020). 3.10 - Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: conceitos básicos e tipos de avaliação / Técnicas de avaliação e monitoramento da despesa pública / Avaliação de políticas públicas e seu relacionamento com processos, resultados e impactos / Utilização de indicadores. 3.11 - Estrutura e competências da Secretaria de Estado da Economia (Decreto nº 9.585, de 26 de dezembro de 2019). 3.12 - Orçamento deficitário: modelo, razões e consequências das Leis Estaduais nº Lei nº 21.232, de 11 de janeiro de 2022 e Lei nº 21.064, de 21 de julho de 2021. 4. Contabilidade Pública: 4.1- Conceito, objeto e campo de aplicação; 4.2 - Composição do patrimônio público. Patrimônio público. Ativo. Passivo. Saldo patrimonial; 4.3 - Variações patrimoniais qualitativas e quantitativas. Receita e despesa sob o enfoque patrimonial. Realização da variação patrimonial. Resultado patrimonial; 4.4 - Ativo imobilizado. Ativo intangível; 4.5 - Mensuração de passivos. Provisões. Passivos contingentes; 4.6 - Plano de contas aplicado ao setor público; 4.7 - Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Balanço orçamentário. Balanço financeiro. Demonstração das variações patrimoniais. Balanço patrimonial. Demonstração de fluxos de caixa. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Notas explicativas às demonstrações contábeis. Consolidação das demonstrações contábeis; 4.8 - Transações no setor público; 4.9 - Despesa pública. Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas; 4.10 - Receita pública. Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas; 4.11 - Execução orçamentária e financeira; 4.12 - Conta Única do Tesouro Nacional; 4.13 - Suprimento de fundos; 4.14 - Regime contábil. **4.15**. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). 9ª Edição. **4.16**. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP).

Relação da disciplina com as atribuições do cargo: Uma vez que as atribuições do cargo de Analista de Gestão Governamental - Orçamento e Finanças do Tesouro Estadual, da Secretaria de Administração do Estado de Goiás, compreendem o desenvolvimento de diversas atividades ligadas ao acompanhamento, supervisão, execução, estudos e projetos relativos ao Orçamento e às Finanças do Estado de Goiás, considera-se fundamental o conhecimento dos assuntos relacionados ao funcionamento da economia como um todo e, em especial, das finanças públicas e a legislação que ela está sujeita, além de conhecer os princípios do planejamento do orçamento, conhecer as legislações, normas e os pronunciamentos contábeis, bem como, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) válidos a partir de 2022 e o Sistema de Prestação de Contas

(SICONFI) junto a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) são fundamentais ao pleno exercício e desenvolvimento das atividades laborais.